

Espaços de aprendizagem para surdos, mudos e cegos: instituições educativas do século 19*

Aline de Moraes Limeira
Flávia Barreto de Souza

Resumo

Interrogando acerca do funcionamento de duas instituições educativas do século 19 destinadas a alunos cegos, surdos e mudos, este estudo, comprometido com o campo da História da Educação, procura compreender a forma de organização desses aparelhos escolares da iniciativa privada, quem eram os profissionais e sujeitos envolvidos nesses empreendimentos localizados na Corte Imperial, a partir de informações inscritas em fontes da época: o anuário publicitário *Almanak Laemmert* e a obra do conselheiro José Liberato Barroso, intitulada *A instrução pública no Brasil*.

Palavras-chave: história da educação brasileira, educação especial, práticas educativas, instituições de ensino excepcional no Império.

* Este estudo vem sendo desenvolvido pelas autoras como exercício de pesquisa do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (Nephe), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pelos professores Dr^{as}. Alessandra Schueller e Dr. José Gonçalves Gondra. Teve versões aprovadas para apresentação no I Encontro de História da Educação do Rio de Janeiro (I EHEd), realizado na Universidade Federal Fluminense, e no IV Seminário Internacional as Redes de Conhecimentos e a Tecnologia: práticas educativas, cotidiano e cultura, organizado em 2007 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (Proped) da Uerj.

Abstract

Learning spaces for the deaf, mute and blind: educational institutions of the XIX Century

The study questions the functioning of two education institutions of the XIX century, destined for pupils with disabilities (blind, deaf and mute). It detaches an analysis on how these private institutions functioned and it tries to understand who were the professionals involved in this matter located in the Imperial Court, from information registered in sources at the time: the publicity yearbook Almanak Laemmert and the work of the intellectual José Liberato Barroso, entitled Public education in Brazil.

Keywords: history of education, institutions for physically disabled people in the Empire.

Esta pesquisa investiga as práticas educativas destinadas aos sujeitos com deficiências físicas, inscritas em duas instituições de ensino do século 19, procurando assim analisar de que forma se organizavam e funcionavam esses aparelhos escolares que integravam a malha da iniciativa privada localizada na Corte Imperial.

Desta forma, o presente estudo se inscreve num projeto de pesquisa acerca do fenômeno da escolarização na Corte Imperial brasileira,¹ cujo investimento é buscar indícios que permitam tornar visíveis certos equipamentos das escolas, colégios e distintas práticas educativas no Brasil do século 19, tarefa que exige perceber o objeto em questão relacionado a uma configuração histórica particular, a um fenômeno de âmbito mundial² em que se produzia um lugar social (físico) para a forma escolar moderna que se constituía, num longo processo em que se elaborava uma complexa maquinaria escolar (empregando a designação de Varela e Alvarez-Uria, 1992) diretamente vinculada a um projeto político de produção, formação e consolidação do Estado Moderno. Como contribuição e referência, realiza-se aqui uma apropriação das reflexões de estudiosos que apontaram para a *emergência*³ da escola, instituição específica de educação e sob a direção do Estado Imperial, como um processo forjado nos Oitocentos – o século da invenção da forma escolar moderna.⁴

Tal processo, que se afigura um modelo de intervenção na ordem social, pode ser descrito como um dispositivo inovador, por: a) separar a infância, agora transformada em aluno, daqueles que são seus círculos sociais – como a família –, para recolhê-los em um espaço que contribui para legitimar as novas relações de ensino-aprendizagem; b) estabelecer um determinado número de horas e dias do ano, instaurando uma nova medida e emprego do tempo cotidiano a partir da temporalidade escolar;

¹ Escolarização e governo das multidões: análise do processo de disseminação de escolas: materiais e práticas educativas na Corte Imperial (1854/1863). Projeto de pesquisa iniciado em 2005 no Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob a coordenação do Prof. Dr. José Gonçalves Gondra.

² Uma percepção apontada por Nóvoa e Catani (2000).

³ Conceito foucaultiano que designa o ponto de surgimento no passado de um objeto histórico e, ao mesmo tempo, impede que, nesse passado, se coloque conceitos, idéias e entendimentos do presente.

⁴ Cf. estudos sobre a constituição e emergência da forma escolar moderna: Vincent, Lahire e Thin, (2001); Varela e Alvarez-Uria (1992).

c) principiar uma nova relação ordinária das programações a partir da autoridade de um ou mais professores, que são os novos profissionais autorizados a lidar com as questões educacionais e sob cuja responsabilidade fica a seleção e disseminação de saberes específicos, graduados numa regularidade em que se baseiam procedimentos minimamente elaborados.

Neste sentido, somado a estes dispositivos operados para legitimar o espaço da escola como intervenção na ordem social, a forma escolar moderna em composição exigia estabelecer critérios de seleção – atestado de vacinação, idade, etnia (negro ou branco), condição social e jurídica (livre ou escravo) – para configurar o público autorizado (e o desautorizado) a integrar este novo espaço. E entre estes critérios a deficiência física se inscrevia como um atestado de *ineducabilidade*, incapacidade até então.

Partindo deste pressuposto, iniciamos uma problematização acerca dos elementos que subtraíam dos sujeitos com deficiência seu estatuto de sociabilidade e que a partir desse momento, o século 19, são ressignificados pela sociedade. Assim, encontramos na pesquisa genealógica acerca da “figura da anormalidade” em relação à surdez, da historiadora Andréa Benvenuto (2006), reflexões – fundamentadas nas contribuições do filósofo francês Michel Foucault – que nos possibilitam uma análise desta condição humana sujeita à representação de anormalidade e de sua condição de reintegração na sociedade oitocentista. Não só da surdez, seu objeto de pesquisa, mas do caráter genérico de qualquer déficit biológico, humano, físico.

Para dar início a sua reflexão, Benvenuto (2006, p. 227) propõe uma reinterpretção da deficiência auditiva; segundo ela, “ser surdo é, em primeiro lugar, não ser escutado”, visto que “não ouvir não define fundamentalmente o ser surdo”. Ou seja, o modo de lidar com a deficiência humana ou de compreendê-la é sempre uma construção social, política e cultural, por isso algo móvel, forjado, não natural, não universal. Podemos então observar nesta nova caracterização da deficiência a autora denunciando que a compreensão que se tem do objeto em questão é resultado de um tipo de apropriação da sociedade, apropriação inscrita em relações de poder e onde circulam determinados saberes. Para essa autora, o fato de o deficiente “não ser escutado” é uma interpretação do silenciamento e recusa, por parte da sociedade, daquilo que compõe a cultura própria dos surdos e que lhes possibilita a interação social a partir da comunicação, que é a língua de sinais. Neste sentido, observa que “não existe o surdo sozinho”, mas a presença do outro que quer escutar (aceitar, integrar) ou não, que define o ser surdo, o deficiente (Benvenuto, 2006, p. 229).

Desta forma, torna-se possível compreender a figura da anormalidade como uma representação e, portanto, um modelo de inteligibilidade do que se constitui o objeto representado. Desta observação, a autora segue para apresentar certos fios que vêm sendo tecidos entre anormalidade e surdez, as relações constituídas socialmente ao longo dos séculos e que viabilizaram legitimar o entendimento da deficiência como marca, atestado de desvio do normal, de anormalidade, de não capacidade.

O século 19 é palco da emergência de uma nova representação social, política e científica do sujeito surdo, oposta à representação da surdez como anormalidade. O deficiente auditivo, nesse tempo, adquire *status* cultural, passa a ser percebido como membro de uma comunidade cultural e lingüística própria, somente possível, observa ela, porque uma outra relação de poder entre normais e anormais começa também a ser forjada.

Neste sentido, consideramos a fundação dessas instituições – datadas nos Oitocentos – como um marco que representa e, ao mesmo tempo, como um dos fios que tecem, no interior deste complexo fenômeno, sua legitimação. Também podemos fazer referência às análises elaboradas no estudo de doutoramento de Maurício Zeni (2005), que apontam a iniciativa do poder público, representado pelo deputado Cornélio Ferreira França, de implantação de educação para os deficientes visuais no Brasil, em 29 de agosto de 1835, através de um projeto apresentado à Assembléia Geral Legislativa. Dentre outras questões, podemos destacar desse projeto a determinação de que nas capitais das províncias houvesse um professor de primeiras letras para surdos, mudos e cegos. Embora esse projeto nunca tenha sido colocado realmente em discussão, observa Zeni (2005), podemos considerá-lo como uma relevante tentativa de inserção, nas discussões políticas, das questões educacionais destinadas aos portadores de deficiência física.

Os fios apontados acima são, neste caso, os fios da instrução, do atestado de educabilidade – e, portanto, de sociabilidade –, a partir da formalização, da institucionalização dessas práticas educativas destinadas aos sujeitos com deficiência física.

Contudo, cabe ressaltar que não afirmamos nesta análise qualquer perspectiva de origem ou pioneirismo a partir da visibilidade que procuramos dar à criação dessas instituições, pois consideramos as múltiplas formas de instrução e educação que coexistiam na sociedade oitocentista – algumas invisíveis nesta investigação do passado, pela ausência de documentação que lhes restabeleça uma voz. Desta forma, a perspectiva aqui empregada é a de relatar experiências institucionalizadas e reconhecidas pelo poder público num dado tempo da história educacional e que marcam certa descontinuidade até então observada nas práticas, uma tarefa possibilitada unicamente pela existência de dados, vestígios e informações colhidas em duas fontes que fornecem perspectivas de análise distintas.

Análise das fontes: caracterizações e notas metodológicas

O *Almanak Laemmert*, que faz circular registros publicitários na sociedade oitocentista, nos mostra aspectos, práticas, sujeitos e elementos inscritos no funcionamento dessas instituições, ao passo que permite identificar ainda em seus anúncios a representação que as próprias instituições constroem de si, visto que, nesses registros, seus anunciantes expõem aquilo que percebem de si mesmos: eles compram um espaço

para publicitar o que consideram importante destacar de suas ações educativas e institucionais.

Esta é uma observação ou nota metodológica importante para este estudo, visto que o tipo de registro discursivo encarado aqui como fonte de escrita histórica é um discurso em que se constrói a propaganda, em que se “vende” uma imagem, e, por isso, percebemos aquilo que as próprias instituições percebiam de si mesmas e do sentido de escolarização. As propagandas nos informam bastante sobre os signos construídos por seus autores e que forneciam especificidades às distintas práticas de escolarização.



Fonte: *Almanak Laemmert* (1844, p. 2).

Quanto ao *Almanak Laemmert*, destacamos da obra a autoria dos irmãos franceses Henrique e Eduardo Laemmert e sua grande visibilidade no circuito social dos impressos oitocentistas; publicado anualmente entre 1844 e 1889, realizava uma radiografia dos espaços públicos e privados da Corte e Província do Rio de Janeiro a partir dos seus anúncios. O *Almanak Laemmert: Anuário Administrativo, Agrícola, Mercantil, Profissional e Industrial* –antecedido por um pequeno investimento, *Folhinha Literária* (1839) –, é reconhecido como uma obra “popular e familiar” e de “utilidade permanente não só ao comercio senão a todas as classes da sociedade” (*Almanak Laemmert*, 1845, p. 3), por detalhar, em mais de mil páginas⁵ de cada edição, profissionais dos mais diversos ramos de atividade (advogados, professores, tradutores, corretores), periódicos publicados na Corte, instituições religiosas, sociedades de leitura,

⁵ As primeiras edições tiveram um número menor de páginas, cerca de quinhentas.

comércio, livrarias e tipografias, academias (de medicina, de artes), escolas e colégios (públicos, privados, militares, religiosos), hospitais e hospícios, asilos e associações, museus, seminários, secretarias, conventos, teatros, aulas avulsas, bibliotecas, funcionários do Paço Imperial e das câmaras municipais, bispos e arcebispos do Brasil, diretores das escolas da província, lojas de aluguel de escravos, por exemplo.

O periódico recobre uma infinidade e variedade de temas organizados por capítulos, todos destacados no “Índice Alfabético”, a saber: “Suplementos”, incluídos a partir do segundo ano de publicação (com a sugestão de livros interessantes, com valores de condecorações honoríficas de ordens, como a Ordem da Rosa, nominatas de oficiais da Corte, nobreza titulada, decretos e leis, lista dos assinantes do *Almanak*, dados estatísticos, censo); “Províncias”, detalhamento que se estendia a outros espaços que não a Corte e província do Rio de Janeiro; “Guia”; “Revista das notabilidades”;⁶ “Apêndice”.

Para identificação da segunda fonte, destacamos que José Liberato Barroso, intelectual dos Oitocentos, foi ministro do Império em 1864, e a referida obra, intitulada *A Instrução Pública no Brasil*, pretende realizar um estudo panorâmico acerca da educação brasileira no momento em que ele ocupa o cargo de conselheiro da Instrução Pública. Publicado em 1867, o livro de Liberato Barroso destaca várias modalidades educacionais existentes no Império brasileiro, entre elas: instrução primária, instrução secundária, instrução superior, ensino do excepcional – como este autor identifica –, ensino profissional, militar e religioso. O estudo trata também da Instrução Normal, das sociedades científicas, literárias e industriais, e, ainda, faz um relato acerca do orçamento da instrução pública no Império.

Além de contemplar as várias facetas da educação imperial, esboçando uma análise que engloba um repertório de questões teóricas, elementos descritivos e dados estatísticos, a obra traz uma breve biografia do autor. Assim, podemos destacar de forma complementar que o conselheiro José Liberato Barroso nasceu na província do Ceará e formou-se em Direito pela faculdade do Recife, exercendo o ofício nos auditórios da Corte. Foi membro do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e, além disso, também membro e presidente da Associação Brasileira de Aclimação.

Entre muitos assuntos abordados nesse registro histórico – o livro *A instrução pública no Brasil* – encontra-se um estudo sintético sobre a instrução excepcional no Brasil, o que nos possibilita somar dados para inquietas interrogações a respeito das práticas e culturas educacionais que envolvem a instrução do excepcional. Assim, localizamos na fala de um intelectual da época – que tinha em sua rede de sociabilidade intelectual grupos de indivíduos que estavam ligados não só ao mundo das letras, como também à esfera pública –, percepções, conceitos e debates acerca deste tipo de instrução.

Diante da proximidade das autoridades governamentais, que tinham direta influência na constituição da emergente instrução imperial, sua obra nos permite levantar hipóteses acerca das questões educacionais

⁶ Um anexo com distribuição gratuita na compra do *Almanak*, com descrição de profissões comerciais e industriais “notáveis” do Rio de Janeiro.

que circulavam nos espaços de discussões políticas, assim como sobre os valores, virtudes e saberes necessários à grande empreitada para a construção de uma nação civilizada onde os excepcionais estavam sendo incluídos, já que passavam a ser percebidos e encarados como uma potencialidade educativa e, portanto, inclusos ao projeto de escolarização das massas. Esse novo fenômeno, montado por uma nova configuração política, cultural e científica, está inscrito na obra desse sujeito, e percebemos que sua escrita procura legitimar este estatuto de sociabilidade ofertado aos indivíduos marcados pela anormalidade física e que envolvia, claramente, funções correlatas: as de educar, instruir, agrupar e asilar.

Assim, é através do entrecruzamento das informações e destas fontes que procuramos mostrar aspectos da história desse passado.

Institutos – práticas educativas, profissionais, organização e funcionamento

No que se refere à organização desses institutos, foi possível localizar, nos documentos analisados, seus equipamentos e práticas educativas, percebendo quem eram os profissionais especializados neste tipo de ensino, qual o público que se propunham atender (nas questões relativas a gênero, faixa etária), quais os custos dessa “instrução excepcional”, a organização do plano de estudos com os saberes que o compunham e os objetivos traçados para esse tipo de investimento educativo, bem como as relações estabelecidas entre a instância pública e esta prática privada, como subvenção e protetorado imperial.

Imperial Instituto de Meninos Cegos

Em anúncios encontrados no *Almanak Laemmert*, é possível observar que o Imperial Instituto de Meninos Cegos, criado por um decreto de 12 de setembro de 1854, que concede licença de funcionamento, propunha-se ministrar algumas disciplinas da instrução primária e secundária, como educação moral e religiosa, ensino de música e de ofícios fabris. Estes últimos recebiam grandes destaques, pois evidenciavam a finalidade pedagógica dessas instituições, declarada nos anúncios: colaborar para a profissionalização desses sujeitos de modo que pudessem ser incluídos na sociedade.

O atendimento desse público, que poderia ocorrer no endereço da instituição – Morro da Saúde, Rua do Lasareto da Gamboa, Casa dos Coqueiros – ou na residência do profissional, como em alguns casos, abrangia crianças de ambos os sexos, entre 6 e 14 anos (*Almanak Laemmert*, 1855, p. 87). Na obra do conselheiro Liberato Barroso consta a informação de que, de acordo com o relatório do Ministério do Império do ano de 1867, a instituição contava com 28 alunos, sendo 18 do sexo masculino e 10 do sexo feminino (Barroso, 2005, p. 226).

O Instituto observa em anúncio no *Almanak Laemmert* (1859, p. 104) que o defeito físico que apresentavam esses alunos cegos não os impossibilitava de aprender; ao contrário, aponta algumas possíveis patologias de ordem mental ou cognitiva, como o “idiotismo” ou algum retardamento cerebral, que seriam barreiras para aprendizagem e ingresso desses alunos nas aulas, como segue na descrição:

Recebem-se os meninos de ambos os sexos, livres, isentos de idiotismo ou de outros quaesquer defeitos phisicos que os inhabitem para a instrucção, e de molestias contagiosas, sendo de 6 a 14 annos de idade.

Fonte: *Almanak Laemmert* (1859, p. 104).

Este mesmo anúncio ainda apresenta a documentação e procedimento necessários para solicitar o ingresso de um aluno na instituição. Descreve que

Os títulos com que se deve requerer a S. M. I. pelo Ministério do Império a admissão de qualquer menino são: certificado de baptismo, o de vaccinação se o tiverem, ou qualquer declaração de que forão ou não vaccinados, e sendo pobres, justificação de pobreza por attestados do vigário e da autoridade policial do lugar em que fôrem domiciliados (*Almanak Laemmert*, 1859, p. 104).

Podemos perceber neste destaque o entrelaçamento das relações que se estabelecem entre a iniciativa privada e o poder público, não somente pela autoridade administrativa, jurídica ou burocrática, mas, neste caso, pela relação financeira. Apesar de pertencer à iniciativa privada, essa instituição recebe subsídios financeiros do governo e, portanto, se reveste de uma nova categoria, nem privada, nem pública, mas uma prática com recursos mistos, subvenção e comércio, como veremos mais detalhadamente adiante.

De acordo com essa fonte, dos nove funcionários do estabelecimento, quatro – uma inspetora das educandas, um diretor, um médico e um repetidor de estudos – residiam no próprio endereço da instituição, enquanto os outros profissionais ministravam suas aulas em seus endereços particulares. Destaca ainda que três entre os nove possuíam a mesma deficiência física, no caso a professora de primeiras letras, aritmética e gramática das educandas, o repetidor de estudos e o professor de música.

Esses profissionais, no ano de 1855, são:

Director e Medico.—Dr. José Francisco Sigaud, 4; ✕ 5.
Capellão da casa.—Conego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.
Professor de primeiras letras.—Dr. Pedro José de Almida.

Professor de musica.—J. J. Lodi (cego).
Professora das meninas cegas.—M.^l Adela Maria Luiza Sigaud (cega).
Repetidor dos estudos.—Carlos Henriques Soares (cego).
Inspector da turma.—José Baptista Pezan junior.
Porteiro da casa.—Martinho Antonio da Rocha.

Fonte: *Almanak Laemmert* (1855, p. 87-88).

Já na edição de 1859, novos nomes são relacionados nesta lista de profissionais, bem como novas funções, como segue:

Commissario do Governo Imperial no Instituto. — Marquez de Abrantes, 2, 2, etc., Caminho Novo do Botafogo, 19.
Director e interino thesoureiro. — Dr. Claudio Luiz da Costa, 3, 3,
Ⓞ G. I., reside no estabelecimento.
Medico. — O Director.
Capellão e professor de religião. — Padre Bernardo José Lira, praia de S. Christovão, 1.
Professor de ler e escrever da classe dos alumnos; grammatica portugueza e arithmetica. — Dr. Pedro José de Almeida, r. de Santo Antonio, 7.
Professor de geographia e historia. — O mesmo.
Professor de musica vocal e instrumental da classe dos alumnos e de contraponto. — Guilherme Schulze, r. do Cano, 219.
Professora na classe das alumnas, de ler, escrever, musica vocal e instrumental. — D. Adele Maria Luiza Sigaud, Sacco da Viuva na praia do Flamengo, 94.
Professora de lingua franceza, inspectora e repetidora das alumnas e guarda da rouparia. — D. Maria Benedicta da Costa, reside no estabelecimento.
Mestra de costura e mais trabalhos proprios das alumnas. — D. Rosa Albertina de Mello Figueiredo, r. Nova do Conde, 95 A.

Fonte: *Almanak Laemmert* (1859, p. 104).

Com relação às disciplinas e saberes ministrados na instituição, Liberato Barroso aponta em seu livro que o currículo compreendia tanto o ensino primário como algumas atividades do ensino secundário, que seriam “língua francesa, história, geografia, aritmética e álgebra”, e que às atividades das meninas cegas eram ainda incluídas as prendas domésticas, como era comumente percebido nos colégios particulares da época⁷ (Barroso, 2005, p. 228).

Acrescentando no seu apontamento que a música também era um componente deste repertório, o conselheiro Barroso observa que esta merecia, entretanto, um cuidado especial, por ser uma profissão a que os cegos podiam recorrer para que pudessem garantir sua subsistência. Ou seja, a esta disciplina era atribuído o projeto político de possibilitar aos alunos o estatuto de sociabilidade ou um papel de integração na sociedade a partir de um instrumento profissional.

Percebemos na fala desse intelectual que o ensino da música era demasiadamente importante para os alunos privados das faculdades da visão, pois era através dela que eles poderiam garantir uma subsistência futura. Entretanto, ainda de acordo com sua análise, nos dois últimos anos os alunos teriam “retrocedido nos ramos da prática” desta disciplina, devido à “saída de dois alunos e o falecimento de um dos mais aproveitados na execução dos instrumentos”. Apontando o diagnóstico deste atraso, ele alerta que há “falta dos que são precisos para substituir os estragados e imprestáveis”. Ou seja, alunos mais adiantados, mais experientes e que estivessem por mais tempo seguindo as tarefas e aprendizagens dessa instituição serviam de exemplo ou mesmo como uma espécie de aluno monitor, auxiliar das aulas e tarefas do professor. Assim, torna-se “mister esperar pelo desenvolvimento ainda desconhecido das vozes e da aptidão

⁷ A este respeito, cf. Limeira (2007).

para a música nos de tenra idade” e, ao mesmo tempo, por um profissional mais especializado, visto que também tem percebido “o estrago das vozes mal aproveitadas e educadas à míngua de um professor especial de canto” (Barroso, 2005, p. 227-228).

Já sobre o ramo teórico desta disciplina, informa em sua obra que os alunos de primeira classe apresentam um bom desenvolvimento, “mas carecem ainda de aprender suficientemente as regras de instrumentação” (p. 227). Enquanto isso, os alunos de segunda classe apresentavam melhores resultados, pois, de acordo com o autor, os estudantes “lêem e escrevem perfeitamente a música, conhecem todos os seus princípios elementares, solfejam e executam as escalas otimamente” (p. 228).

De acordo com esse autor, no relatório do diretor do instituto, Dr. Cláudio Luiz da Costa, referente ao ano de 1864, constam informações de que os alunos “progrediam nas disciplinas” (p. 228), tanto nas que pertenciam ao ensino primário quanto nas do ensino secundário, e complementa diagnosticando que na geometria o ensino estaria estagnado devido à falta de materiais apropriados, assim como no ensino das ciências naturais.

Esse autor acrescenta ainda que “os livros, compêndios e instrumentos que existiam no estabelecimento, o governo tem mandado vir da Europa” (p. 229), dando a ver uma das maneiras pelas quais o poder público se manifesta com o subsídio material. No mesmo momento, temos também evidência das relações estabelecidas com a sociedade a partir da figura de alguns sujeitos, como segue:

[...] A bibliotheca contém, além destes livros, os que pertencêrão ao finado cégo José Alves de Azevedo, um dos primeiros fundadores do estabelecimento, e que forão offerecidos ao instituto por seu pai, o cidadão Manuel Alves de Azevedo. Formão todos o número de 55 volumes e 463 folhetos. Ha também algumas copias feitas pelos proprios alumnos.

Foi autorisada a criação de uma pequena typographia no instituto, tendo por fim não só industriar alguns alumnos nesta arte, mas também começar a imprimir em pontos salientes os livros que fôrem mais necessários para o estabelecimento. Forão já offerecidos pelo repetidor Carlos Henriques Soares duas caixas contendo typos em pontos salientes, com os quaes se poderá dar principio aos trabalhos da officina (*Almanak Laemmert*, 1858, Suplemento, p. 97).

De acordo com outros registros localizados no capítulo “Suplemento” do *Almanak Laemmert* (1858, p. 97), o Imperial Instituto dos Meninos Cegos mantinha aulas para alunos com esta deficiência em diversas províncias de todo o Brasil, sendo no total 16: na Corte Imperial, quatro; no Rio de Janeiro, seis; na Bahia, três; no Ceará, em São Paulo e em Santa Catarina, uma em cada.

No que se refere aos custos da instrução ofertada pelo Instituto Imperial de Meninos Cegos, podemos destacar que, paga trimestralmente, a taxa do estabelecimento equivaleria a 33\$000 (trinta e três mil réis) por mês, num total de 400\$000 (quatrocentos mil réis) anuais, somados a

uma taxa de matrícula individual, paga no ingresso do aluno na instituição, no valor de 200\$000 (duzentos mil réis) – um investimento que compreendia instrução, alimentação, cuidados médicos, entre outros elementos, como podemos notar a partir deste anúncio:

Os que não fõrem pobres, pagarãõ uma só vez 200\$000 por joia de sua matrícula, e 400\$000 annuaes, pagos em trimestres adiantados.

O Instituto fornece a todos o curativo, a alimentação da melhor qualidade, variada e abundante, sem exceder os limites da frugalidade, todo o material necessario para a instrução, o fardamento do collegio, e os utensis de uso geral. Aos pobres fornece além disto cama e todos os seus accessorios, utensis de uso especial com bacias, pentes, escovas, etc., e toda a roupa e calçado.

Não se recebe alumnos externos.

Fonte: *Almanak Laemmert*, 1859, p. 104.

Instituto Imperial dos Surdos-Mudos

Acha-se creada nesta côrte mais uma instituição de reconhecida utilidade publica, a qual era, ha muito, aconselhada pela humanidade, e já exigida pelo estado de civilisação do paiz. (*Almanak Laemmert*, 1858, Suplemento, p. 97).



Fonte: *Almanak Laemmert* (1857, p. 437)

De acordo com as informações colhidas neste anúncio, podemos destacar que, localizada no Morro do Livramento, a aula de meninos desta instituição é dirigida por E. Huet, enquanto a aula para meninas, localizada na Rua de São Lourenço, ambas na Corte Imperial, é dirigida por sua esposa, a Senhora Huet.

Ainda segundo esta fonte, o Sr. Huet é o fundador do estabelecimento, cuja data de abertura é 1º de janeiro de 1857; entretanto, de acordo com Zuleide Rodrigues, a data de fundação é 26 de setembro de 1857, e essa autora acrescenta que o “professor surdo francês Ernet Hwet (*sic*), veio ao Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação de surdos”. Este mesmo anúncio observa que suas primeiras instalações funcionaram “em uma das salas do collégio Vassimon, principiando apenas

com três alumnos, dos quaes dous inteiramente pobres e sustentados pela munificência imperial, e um abastado e mantido com seus próprios meios” (*Almanak Laemmert*, 1858, Suplemento, p. 97).

Porém, “logo em maio foi augmentado o numero de alunos” (p. 98), necessitando, desta forma, de intervenção por parte da sociedade, representada por alguns grupos, como descreve o anúncio:

[...] prestando-se caridosamente o D. abbade do mosteiro de S. Bento e o prior do convento do Carmo, a concorrer com as respectivas pensões pra a sustentação de dous novos alumnos pobres.

Em outubro foi o instituto transferido do collégio, em que havia principiado, para uma nova casa mais vasta, alugada por três annos, prestando-se o Mosteiro de S. Bento e o Convento do Carmo ao pagamento do aluguel de dous contos de réis por anno (p. 98).

Como se pode perceber, a instituição, criada pela iniciativa de particulares, funciona com auxílio financeiro da sociedade através de ações “caridosas”, ao mesmo tempo em que obtém intervenção do próprio Estado Imperial em determinado momento. Assim, mantido sob o “patrocínio de Suas Magestades Imperiaes”, como registram os anúncios no *Almanak Laemmert* (1857, p. 437) e dados da obra de Liberato Barroso, que informam “não ser dotado este Instituto de recursos próprios e limitando-se o auxílio que lhe presta o Estado” (Barroso, 1867, p. 228), o Instituto Imperial de Surdos-Mudos apresenta-se como um lugar em que o Estado atua na atividade de subvenção financeira, um procedimento também concedido a outras instituições, colégios ou sociedades (Limeira, 2007), embora possamos salientar que a presença do Estado comparece outras vezes e de outras formas na figura de “S. M. o Imperador” D. Pedro II, como uma forma de atestado de capacidade, de legitimidade, de acordo com registros do anúncio de 1858:

Ali tiverão lugar, em Dezembro, exames públicos, distribuirão-se prêmios aos alumnos que completarão o curso do anno.

O resultado desses exames, *honrados com a augusta presença do S. M. o Imperador*, aos quaes tive a satisfação de assistir, abonou a capacidade do director, a apitidão dos alumnos e a efficacia dos methodos de ensino (*Almanak Laemmert*, 1858, Suplemento, p. 98, grifo nosso).

A instituição possuía uma Comissão Directora – formada quatro meses após sua fundação – composta por oito homens que integravam o círculo social, político e cultural da sociedade oitocentista. De acordo com os registros no *Almanak Laemmert*, o “rápido progresso” dos alumnos evidenciando bons resultados é que se tornou condição para estes sujeitos se mobilizarem e formar essa comissão:

A vista do zelo e intelligencia do director e da perseverança com que apezar das grandes difficuldades que encontrou a principio soube prosseguir na nobre tarefa que se havia imposto e apreciando o rápido

progresso que patentearão os seus discípulos logo nos primeiros quatro mezes, tomarão homens distintos o acordo de se reunirem e formarem uma comissão promotora do nascente instituto (*Almanak Laemmert*, 1858, p. 99).

Entre marqueses, cônegos e conselheiro do Estado, a comissão é formada por sete integrantes e um presidente, são eles:

COMISSÃO DIRECTORA.	
Os Ex. ^{mas} Senhores	E os Ill. ^{mas} Senhores
Marquez de Abrantes, Presidente.	Abbade de S. Bento.
Marquez de Olinda.	Provincial do Carmo.
Marquez de Mont'Alegre.	Reitor Dr. Manoel Pacheco da Silva.
Conselhr. ^o d'Estado Euzébio de Queirós.	Conego Fernandes Pinheiro.

Fonte: *Almanak Laemmert* (1857, p. 437).

No que se refere à atuação destes sujeitos, o *Almanak Laemmert* (1857, p. 437) expõe que “a comissão promotora tem observado e louvado até hoje a ordem, disciplina e moralidade”, o que significa, entre outros aspectos, respeitar que “os dous sexos que ali se encontram encontram-se completamente separados, com dormitórios e refeitórios distintos no primeiro e no segundo andar da casa”.

Com relação ao público que freqüenta esse Instituto, o autor de *A instrução pública no Brasil* aponta, baseando-se no Relatório do Ministério do Império, que constam 17 alunos com deficiência auditiva, 14 do sexo masculino e 3 do sexo feminino (Barroso, 1867, p. 226), todos na faixa etária estabelecida entre sete e dezesseis anos de idade, segundo anúncio no *Almanak Laemmert* de 1857 (p. 437). Em 1859 (p. 478), observa-se alteração no limite da faixa etária para ingresso, que passa a ser de sete a dezoito anos de idade.

Do total de alunos apresentados acima, 15 eram pensionistas mantidos pelo Estado Imperial, através da condição de subvenção que a instituição recebia oficialmente, e somente dois eram alunos pagantes, mantidos por seus próprios responsáveis, a um custo anual de 500\$000 (quinhentos mil réis) cada, pagos em taxas trimestrais (*Almanak Laemmert*, 1857, p. 437) de 125\$000 (cento e vinte e cinco mil réis) – aproximadamente 42\$000 (quarenta e dois mil réis) mensais, um valor que se equiparava ao salário mensal de um professor público da Corte Imperial⁸ ou aos custos de uma instrução particular ofertada por alguns colégios caros desta mesma localidade.⁹

Neste caso, quarenta e dois mil réis pagos por mês durante seis anos equivaleria ao “curso completo” para os meninos e meninas atendidos na instituição, ministrado pelo diretor e sua esposa, com exceção do desenho, que tinha professor especializado. O Sr. e a Sra. Huet eram auxiliados pelo inspetor dos alunos, pelo secretário e pela inspetora das alunas, que estariam encarregados de algumas classes inferiores. Segue o anúncio de 1857 observando as disciplinas que compunham o currículo do curso.

⁸ Lei Geral de Ensino, de 15 de outubro de 1827 – Artigo 3º: “Os presidentes, em conselho, taxarão internamente os ordenados dos professores regulando-os de 200\$000 a 500\$000 annuaes com relação às circunstancias da população e carestia dos logares, e o farão presente à Assembléia Geral para aprovação”.

⁹ A este respeito, cf. Limeira (2007).

O curso de estudos completo é de 6 annos, em que se aprendem as seguintes

DISCIPLINAS.	
Escrepta e leitura.	Historia do Brasil.
Elementos da lingua nacional — Grammatica.	Historia sagrada e profana.
Noções de religião e dos deveres sociais — Cathecismo.	Arithmetica.
Geographia.	Desenho.
	Escrepturação mercantil.
Lições de agricultura theorica e pratica para os meninos, e trabalhos usuaes de agulha para as meninas.	
Dar-se-hão outrosim lições de pronuncia, de articulacão e de leitura áquelles individuos, em quem se reconhecer aptidão para semelhantes exercicios.	

Fonte: *Almanak Laemmert* (1857, p. 437).

Com base neste currículo,¹⁰ em seus métodos e saberes, o Instituto Imperial de Surdos-Mudos registra como objetivo ou finalidade do trabalho “Regenerar uma classe inteira de seres desgraçados muito tempo abandonados, pô-los na posse de uma instrucção impossivel de adquirir de qualquer outro modo, por meio de um methodo especial, restitui-los á sociedade, á sua família, e pô-los em estado de poderem um dia dirigir seus próprios negócios” (p. 437), objetivo alcançado, segundo este mesmo anúncio, de acordo com alguns atestados, como os “testemunhos lisongeiros de satisfação e animação que o Director tem recebido de SS. MM. II. e de todas as nossas grandes illustrações”.

Mesmo diante do “brilhante resultado” apontado acima, o conselheiro Liberato Barroso (2005, p. 227) faz referência, observando acerca da importância de uma educação mais completa para integrar os equipamentos curriculares deste tipo de instituição, ao que atesta como deficiente nesse instituto: um ensino profissionalizante. Para ele, somente este ensino pode garantir “aos excepcionais” meios para uma subsistência futura. E destaca: “Conviria para completar-se a educação dos alunos, habilitando-os para exercerem profissões mecânicas, estabelecer algumas oficinas apropriadas, mas não o tem permitido a falta de meios. Apenas há uma provisória mercenaria”.

Considerações finais

Nesta tarefa, procuramos dar visibilidade a essas iniciativas elaborando um estudo que descrevesse seu funcionamento, mas também desenvolvendo uma análise que (re)pensasse o conceito de deficiência e da perspectiva dicotômica de inclusão/exclusão, condicionando relações sociais e institucionais. Estas leituras, certamente, remetem este objeto à sua incontornável atualidade e às relações de poder/saber em que se inscreve.

Trazidos na voz de um intelectual da época, de um determinado olhar e lugar social, podemos capturar registros acerca deste aspecto da nossa história, tentando recuperar possíveis representações que ele fazia em relação a esses institutos e à importância da educação para parcela dessa população.

À guisa de conclusão, a partir da organização e sistematização dessas inquietações, buscamos compreender o lugar social dessas instituições,

¹⁰ De acordo com a obra *A instrução pública*, de Liberato Barroso, o currículo era composto por: língua nacional, aritmética e álgebra, história e geografia, caligrafia, desenho, articulacão artificial, leitura sobre os lábios, acrescentando para as meninas trabalhos de agulha e de bordadura.

suas contribuições na constituição e na valorização das práticas escolares, culturais e sociais desse público no interior das relações existentes entre as funções de educar, instruir e asilar localizadas no projeto oitocentista de uma nação civilizada.

Referências bibliográficas

ALMANAK LAEMMERT [versão digitalizada]. Disponível no *site* da Universidade de Chicago (EUA): <www.crl.edu/content/almanak2.htm>. Acesso em: 1º set. 2008.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. 2. ed. rev. São Paulo: EDUC, 2000.

BARROSO, José Liberato. *A instrução pública no Brasil*. Pelotas: Seiva, 2005. (Série Filosofia e História da Educação).

BENVENUTO, Andréa. O surdo e o inaudito: à escuta de Michel Foucault. In: KOHAN, Walter Omar; GONDRA, José (Org.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 304 p.

BUENO, José G. Silveira. Surdez, linguagem e cultura. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 19, n. 46, set. 1998.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *O Comércio da instrução: um exame das propagandas no Almanak Laemmert (1844/1859)*. Monografia (Graduação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MAZZOTA, Marcos. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

NÓVOA, Antonio; CATANI, Denice. *Estudos comparados sobre a escola: Portugal e Brasil (séculos XIX e XX)*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2000. Rio de Janeiro. *Educação no Brasil: história e historiografia [CD-rom de resumos]*. Rio de Janeiro: SBHE, 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/index.php?arq=arq_cbhe1&titulo=I%20CBHE&ext=php#>. Acesso em: 1º set. 2008.

RAMPELOTTO, Elisane Maria. *A invenção da Educação Especial*. *Cadernos, Revista do Centro de Educação, Santa Maria*, n. 24, 2004. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2004/02/a5.htm>>. Acesso em: 1º set. 200

RODRIGUES, Zuleide Fátima Fernandes. Histórico da educação dos surdos. In: *WEB Artigos*, 10 jan. 2008. Disponível em:

<<http://www.webartigos.com/articles/3639/1/historico-da-educacao-dos-surdos/pagina1.html>>

SANTOS, Jaciara Barbosa dos. A "dialética da inclusão/exclusão" na história da educação de 'alunos com deficiência'. *Revista da FAEBA*, Salvador, v. 11, n. 17 [Educação e Contemporaneidade], p. 27-44. jan./jun. 2002.

TEIXEIRA, Josele; SCHUELER, Alessandra. Experiências profissionais e produção intelectual de professores primários na Corte Imperial (1860-1889). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., Uberlândia, 2006. *Anais...* Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/553Alessandra%20Schueler_Josele%20Teixeira.pdf>. Acesso em: 1º set. 2008.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 6, p. 68-96, 1992.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Faculdade de Educação da UFMG, n. 33, [Dossiê: Trabalho e Educação], jun. 2001.

ZENI, Maurício. *Os cegos no Rio de Janeiro do Segundo Reinado e começo da República*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

Aline de Moraes Limeira, graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), é pesquisadora do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (Nephe/Uerj) e da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), com bolsa de pesquisa em nível de graduação na Coordenadoria de Pesquisa, e estagiária da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), atuando no Projeto ANPED/MEC/Secad.

aline.de.morais@oi.com.br

Flávia Barreto de Souza, graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), é pesquisadora do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (Nephe/Uerj) e professora primária da rede pública do município de Nova Iguaçu-RJ.

fbflavia@yahoo.com.br

Recebido em 29 de maio de 2007.

Aprovado em 28 de maio de 2008.